
Jornalismo Ciberfeminista e a Pandemia no Brasil: estudo de caso sobre a Revista AzMina¹

Alícia Frota de Souza ANTONIOLI²

João Barreto da FONSECA³

Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, MG

Resumo

Devido ao aumento dos números de violência de gênero durante a pandemia de Covid-19, este artigo objetiva avaliar a importância dos meios de comunicação feministas independentes na divulgação e, portanto, na discussão sobre o tema em sociedade. Tendo como ponto inicial o conceito de ciberespaço, a relevância deste estudo se encontra na urgência e atualidade do debate acerca da situação das mulheres em isolamento no Brasil. Para isso, foram analisadas as publicações “Mulheres enfrentam em casa a violência doméstica e a pandemia da Covid-19” e “Na pandemia, três mulheres foram vítimas de feminicídio por dia” da Revista AzMina, feitas entre março de 2020 e março de 2021. Considera-se este veículo como uma das principais mídias independentes feministas do país. Logo, acredita-se que seus conteúdos têm grande relevância no debate público.

Palavras-chave

Ciberfeminismo; Pandemia; Jornalismo feminista; Revista AzMina.

Introdução

No Brasil, a violência de gênero é uma realidade alarmante. Segundo dados da pesquisa *Sem Parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia*⁴, 91% das mulheres acredita que a violência doméstica cresceu ou se intensificou durante o período de isolamento social. Tendo em consideração que, em contextos de crises causadas por

¹Trabalho apresentado no IJ05 – Comunicação Multimídia, da Intercom Júnior – XVII Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

² Graduada em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Foi bolsista do Programa de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC/UFSJ) com a temática “Feminismo e Ativismo Digital” no período de maio de 2020 a agosto de 2021. E-mail: aliciasantonioli@gmail.com.

³Doutor em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Docente do curso de graduação em Comunicação Social - Jornalismo e do Programa de Mestrado em Letras da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). E-mail: jombarreto@gmail.com.

⁴ Pesquisa “Sem Parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia”. Sempre Viva Organização Feminista e Gênero e Número, 2020. Disponível em: http://mulheresnapanemia.sof.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Relatorio_Pesquisa_SemParar.pdf. Acesso em: 22 de março de 2021.

doenças infecciosas, as mulheres são as mais afetadas⁵, a divulgação de estatísticas e informações sobre a violência contra elas por meios de comunicação se mostra essencial para a discussão deste assunto em sociedade e o pressionamento de órgãos públicos.

No entanto, no âmbito midiático, é comum que os veículos tradicionais de notícias destaquem dados como os mencionados somente em datas específicas — como o Dia Internacional da Mulher —, quando as vítimas são celebridades ou quando é divulgado um crime de violência extraordinária. Desse modo, a atuação de mídias feministas independentes é imprescindível para o registro, a pesquisa e a difusão da realidade das brasileiras.

Considerando a conjuntura de isolamento social, este artigo pretende analisar a atuação dos ciberfeminismos nacionais diante da pandemia. Sendo assim, parte-se do conceito de ciberespaço proposto por Pierre Lévy (1999), como um novo meio de comunicação em “que surge (...) não apenas a infraestrutura material de comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ele abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo” (p. 17).

Após a realização de uma ampla pesquisa acerca dos veículos comunicacionais independentes e de viés feminista do Brasil, optou-se por trabalhar com as publicações da Revista AzMina, referentes à violência de gênero, entre março de 2020 e março de 2021. A eleição deste mês se deu em função da declaração oficial da pandemia realizada pela Organização Mundial da Saúde, em onze de março de 2020, a fim de estabelecer um ano de estudo. Sendo assim, a investigação se divide em quatro tópicos: no primeiro, será apresentado um breve histórico das lutas feministas nacionais, considerando a importância da interseccionalidade neste processo; no segundo, os ciberfeminismos serão brevemente discutidos a fim de apresentar suas principais características. Já no terceiro, a situação de violência enfrentada pelas mulheres brasileiras e o seu agravamento na pandemia serão abordados. E no último, será realizada a apresentação da Revista AzMina, assim como o estudo de caso proposto.

1. Movimentos feministas brasileiros e a interseccionalidade

⁵ Coronavírus, Zika e Ebola: por que as mulheres são as mais afetadas pelas pandemias? O GLOBO, 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/celina/coronavirus-zika-ebola-por-que-as-mulheres-sao-as-mais-afetadas-pelas-pandemias-24618313>. Acesso em: 22 de março de 2021.

Antes de aprofundar a discussão deste artigo, vale destacar que o conceito de “mulher” é vasto e complexo. De acordo com Haraway (2019, p. 165), tal noção foi “construída por meio de discursos científicos sexuais (...) A consciência de classe, de raça ou de gênero é uma conquista que nos foi imposta pela terrível experiência histórica das realidades sociais contraditórias do capitalismo, do colonialismo e do patriarcado”. Desse modo, será considerada a perspectiva de “mulheres” enquanto pessoas do gênero feminino, sendo irrelevante o sexo biológico. Contudo, ressaltamos que, devido às discordâncias relativas a essa concepção dentro e fora dos movimentos feministas, ao sexismo e à LGBTfobia intrincados à sociedade brasileira, é recorrente a exclusão das mulheres trans de tal categorização. No entanto, apontamos que tal debate se encontra além do enfoque deste artigo, não havendo uma discussão aprofundada.

A partir de então, é necessário pontuar que na amplitude de indivíduos que aqui consideramos como “mulheres brasileiras”, encontram-se inúmeras particularidades de acordo com a classe social, a raça, a orientação sexual, dentre outras interseccionalidades que fazem com que cada uma delas vivencie experiências diversas no cotidiano. Como interseccionalidade compreende-se o pensamento da pesquisadora Carla Akotirene (2019):

A interseccionalidade impede aforismos matemáticos hierarquizantes ou comparativos. Em vez de somar identidades, analisa-se quais condições estruturais atravessam corpos, quais posicionamentos reorientam significados subjetivos desses corpos, por serem experiências modeladas por e durante a interação das estruturas, repetidas vezes colonialistas, estabilizadas pela matriz de opressão, sob a forma de identidade. (n.p.)

Além disso, o “não reconhecimento de que partimos de lugares diferentes, posto que experienciamos gênero de modo diferente, leva a legitimação de um discurso excludente, pois não visibiliza outras formas de ser mulher no mundo” (RIBEIRO, 2017, p. 51). Observa-se, então, que não é possível falar de um feminismo único, mas de diversas lutas e vertentes sob a perspectiva de gênero e olhar feminista, as quais denominam-se feminismos. E estes pretendem mudar as relações pré-estabelecidas pelo patriarcalismo que organiza o modo de vida dos indivíduos da sociedade em que vivemos.

Nesse sentido, será apresentado um breve histórico dos movimentos feministas nacionais para estabelecer uma memória em que é possível identificar a luta das mulheres brasileiras por melhores condições de vida e por direitos à saúde, a aparatos legais e a condições igualitárias de trabalho. É imprescindível comentar que os ideais feministas são introduzidos no contexto nacional a partir de reivindicações propostas inicialmente na Europa e nos Estados Unidos. Dessa forma, encontram-se nos primeiros momentos desta causa no país traços de um pensamento colonialista e excludente. Posto isso, considera-se que as primeiras ações em prol dos direitos femininos no Brasil se apresentam no início do século XIX, as quais culminaram em uma legislação pela educação de meninas e jovens. Destacamos que a abolição da escravidão no país só foi promulgada em 1888, ou seja, no momento de divulgação desta lei, pessoas negras não eram consideradas cidadãs e, portanto, não possuíam a autorização para usufruir de tais condições. Nota-se, então, que os princípios do feminismo brasileiro se dão em um ambiente da classe alta, liderado pela população branca e elitista.

Seguindo essa realidade, as ações e coletividades formadas durante todo o período dos anos 1800 até meados do século XX estão atreladas, principalmente, às mulheres brancas entre as classes médias e altas. Neste recorte de tempo, foram publicados diversos periódicos com viés feminista em diferentes regiões do país, em que reclamava-se o direito amplo à educação e ao voto, e buscava-se realizar um trabalho de conscientização feminina. Além disso, no início do século XX, também foram evocados movimentos de mulheres pelo acesso à educação superior e pela ampliação na admissão ao trabalho para aquelas que estavam relegadas ao ambiente doméstico — obviamente, as mulheres negras nunca precisaram pedir por isto, uma vez que já faziam parte da mão de obra desde o início do período de escravidão. Tal movimentação contou com a publicação de peças teatrais, jornais e livros acerca desses temas e logrou o direito ao voto em 1932, o qual foi revogado pelo governo Vargas e retomado apenas em 1945. Os anos que antecedem a seguinte movimentação brasileira são marcados por um cenário político de adversidades e, depois, pela ditadura, o que dificultou a organização de ações mais efetivas.

Avançando ao período que compreende os anos 1970 até o início do século XXI, ocorre uma movimentação mais presente no meio acadêmico, que se manifesta através de grupos de estudo, congressos e, por conseguinte, pela institucionalização do

pensamento feminista. Ao mesmo tempo, acontece a reivindicação das mulheres negras contra a universalidade do termo “mulher”, expondo as desigualdades enfrentadas por elas devido ao racismo estrutural. E, devido à epidemia causada pelo vírus HIV, ocorrida com maior intensidade nos anos 1980, ganham mais território os estudos de gênero relacionados ao movimento LGBTQIAP+.

Nesse cenário, surgem autoras como Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro, que propõem a necessidade de “enegrecer o feminismo”. Sobre isso, Carneiro (2019) discorre que o atual movimento de mulheres negras promove uma síntese de bandeiras históricas de lutas já levantadas pelo movimento negro, “enegrecendo de um lado, as reivindicações das mulheres, tornando-as assim mais representativas do conjunto das mulheres brasileiras” (p. 315). Além de clamar pelos direitos da população negra com ênfase na situação das mulheres, os feminismos desse período também lutaram contra a violência de gênero, conseguindo aprovar e publicar a Lei Maria da Penha, em 2006.

Enfim, a partir dos anos 2010 até o momento atual, está sucedendo a chamada “quarta onda”, que segue atuando em prol dos direitos das mulheres em suas diversidades, aliada às redes sociais e meios de comunicação online como lugares de denúncia e exposição da realidade e suas injustiças impostas pelas divisões de gênero. Nesse momento se manifestam os ciberfeminismos, assim como as lutas por mais representatividade, diversidade e inclusão. Como discorre Varela (2020), as agendas feministas atuais não pregam somente a inclusão de todas as diversidades no que tange o “ser mulher”. Segundo ela, tais agendas são “múltiplas e acordadas entre um grande espectro de sujeitos políticos, nas quais se articula um conjunto complexo de temáticas relativas à transformação global das formas de vida em sociedade sob os ideais de emancipação, justiça social, liberdade e não-discriminação”⁶ (p. 157).

2. Feministas ciborgues e a ocupação do ciberespaço

O que chamamos de ciberfeminismos tem origem no mito do ciborgue estabelecido por Donna Haraway, em que ciborgues seriam seres entre a humanidade e a tecnologia; sendo assim, as feministas-ciborgues teriam “a tarefa de recodificar a comunicação e a inteligência a fim de subverter o comando e o controle” (HARAWAY, 2019, p. 194). Isso significa que, com a apropriação das novas tecnologias oferecidas a

⁶ Tradução nossa.

partir do final do século passado, as feministas passaram a ocupar outros espaços antes não permitidos. Frente a esse cenário, já no século XXI, aparecem as redes sociais e os blogs, que abrem caminho para os chamados “espaços de autonomia” propostos por Castells (2013). Conforme o autor, este seria um misto de cibernética e espaço urbano, o qual garante autonomia “pela capacidade de se organizar no espaço livre das redes de comunicação; mas, ao mesmo tempo, ela pode ser exercida como força transformadora, desafiando a ordem institucional disciplinar, ao reclamar o espaço da cidade para seus cidadãos” (p. 165).

É evidente que os movimentos sociais já existiam muitos séculos antes do surgimento da internet e do estabelecimento de um espaço virtual mundialmente conectado. Porém, devido à evolução desta tecnologia, as causas e lutas sociais passaram a ter novo local para difusão dos seus ideais e propostas. O ciberespaço apresenta-se como um local de ampliação da esfera pública, para além do âmbito privado-doméstico, em que ativistas passam a ocupar o posto não apenas de consumidores, mas também de produtores de conteúdo.

Para a conceituação de espaço público, utiliza-se a perspectiva habermasiana, sendo este um local em que “as minorias tentam defender-se da cultura majoritária, contestando a validade do auto-entendimento coletivo, e se esforçando para convencer públicos amplos da pertinência e justiça de suas reivindicações” (OLIVEIRA e FERNANDES, 2011, p. 126). Nesse sentido, houve uma expansão dos movimentos para as telas, mantendo o que já havia sido construído até o momento e adicionando novas oportunidades, em função do maior acesso às redes sociais e a possibilidade de criar seus próprios meios comunicacionais. Passa-se a enxergar a esfera pública como um híbrido, como sugere Castells (2013).

Tais fenômenos de extensão dos movimentos às redes virtuais acontecem em resposta à falta de representatividade nos veículos de mídia tradicionais, os quais ignoram as pautas feministas na construção de suas agendas, abrindo poucos espaços. Ou seja, os feminismos encontram no ciberespaço um local seguro para apresentação de suas demandas e reivindicações. Como apontam Miguel e Biroli (2014, p. 12), “na cobertura dos meios de comunicação, em que visibilidade, atribuição de competência política e adesão potencial de eleitores podem andar juntas e fazer a diferença (...), as mulheres são poucas e sua imagem ainda se mantém ligada aos estereótipos de gênero

convencionais”. Dessa forma, é perceptível a relevância da produção de novos conteúdos por quem não possuía um lugar de fala amplo e acessível até o surgimento do ciberespaço. Nesse sentido, pode-se afirmar que os coletivos ciberfeministas se mostram como fontes de informação importantes à construção do movimento, atuando no combate ao machismo, ao sexismo e ao racismo.

3. Mulheres em isolamento social no Brasil: entre as múltiplas jornadas e a violência doméstica

A declaração de uma pandemia mundial ocasionada pelo novo coronavírus fez com que a rotina de mulheres por todo o globo fosse alterada, ocorrendo diversas mudanças nas relações sociais e trabalhistas, tendo em mente a impossibilidade de convivência com muitas pessoas ao mesmo tempo e para evitar o crescimento do número de contágios e mortes. A partir disso, as mulheres brasileiras da classe trabalhadora se viram diante do acúmulo de jornadas já sofrido pré-pandemia. Isto é, elas passaram a ter piores condições de vida devido à violência doméstica, aos altos índices de desemprego⁷, às dificuldades em ser mães solo nesse cenário, à situação de maior vulnerabilidade vivenciada pelas mulheres⁸, à dificuldade na educação remota de filhos e à presença majoritária na linha de frente do combate à Covid-19.

Em relação à violência, de acordo com dados do relatório *Mulheres em tempos de pandemia*⁹ divulgado pela organização não-governamental Think Olga, as três primeiras semanas de pandemia no estado fizeram com que o número de denúncias aumentasse em 50%, comparado ao mesmo período do ano anterior. Além disso, é necessário ressaltar que as violências não atingem todas as mulheres da mesma forma. Segundo o Monitor da Violência¹⁰, realização do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (USP) em parceria com portal de notícias G1 e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, no caso dos homicídios de mulheres no primeiro semestre de 2020,

⁷ Pandemia afeta a volta ao trabalho para a mulher negra. Portal Geledés, 2020. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/pandemia-afeta-a-volta-ao-trabalho-para-a-mulher-negra/>. Acesso em: 15 de abril de 2021.

⁸ Na pandemia, mulheres ficam mais vulneráveis e são maioria entre desempregados. Gênero e Número, 2021. Disponível em: <http://www.generonumero.media/mulheres-trabalho/>. Acesso em: 15 de abril de 2021.

⁹ Relatório “Mulheres em tempos de pandemia: os agravantes das desigualdades, os catalisadores de mudanças”. Think Olga, 2020. Disponível em: <https://thinkolga.squarespace.com/violencia-contra-mulheres>. Acesso em: 14 de abril de 2021.

¹⁰ Os efeitos colaterais da pandemia sobre a vida das mulheres. Portal G1, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2020/09/16/os-efeitos-colaterais-da-pandemia-sobre-a-vida-das-mulheres.ghtml>. Acesso em: 14 de abril de 2021.

73% das vítimas eram negras, enquanto que 26% eram brancas. E sobre os feminicídios, 59% das mortas eram negras e 40% eram brancas.

Tal pensamento corrobora com o que comenta Tiburi (2019); de acordo com a filósofa, “o reino do público se define pela ordem do poder e o reino do privado pela ordem da violência” (p. 106). Conseqüentemente, nota-se que o contexto pandêmico altera as noções de esferas pública e privada. As restrições provocadas diante desta realidade vão em sentido contrário à ideia de espaço público como local essencial para o ativismo político, sugerida por Oliveira e Fagundes (2011) a partir da concepção de Habermas; uma vez que a impossibilidade de realizar aglomerações para manifestar-se ou para ocupar lugares públicos a fim de promover intervenções colocaria em risco a vida. Logo, o ciberespaço se mostra como um local possível e que não oferece riscos à saúde, para a discussão e exposição de adversidades vividas e agravadas pelas desigualdades de gênero, raça e classe na pandemia.

Em face do que foi exposto, realizou-se uma ampla pesquisa sobre coletividades brasileiras presentes na web que praticassem feminismo e ciberativismo no Instagram, no Twitter e em websites próprios. Diante disso, foram encontrados trabalhos de diferentes coletivos de mulheres, como os promovidos nas redes sociais da ONG Think Olga, da plataforma Feminismos Plurais e da organização Gênero e Número, assim como a produção de notícias de forma independente realizada pelo Portal Geledés e pela Revista AzMina.

A partir de então, houve a proposta de analisar os dois últimos portais de notícias durante um ano, devido à sua grande contribuição para a produção e difusão de informações sob a perspectiva de gênero no contexto nacional. A intenção era apurar quantitativamente o número de publicações em que os termos “mulher” e “pandemia” foram encontrados para analisar qualitativamente os temas mais. Contudo, diante do volume apresentado, optou-se por focar os estudos na Revista AzMina, reduzindo-se a quantidade de objetos de análise da pesquisa a fim de obter uma melhor consistência do tema investigado; uma vez que não seria possível estudar todo o material encontrado com a devida qualidade requerida.

Sendo assim, ressaltamos o papel das organizações citadas e enfatizamos que o Portal Geledés promove pautas extremamente relevantes aos feminismos e ciberfeminismos no Brasil. No entanto, o presente estudo norteou-se a partir das

publicações da AzMina com foco no debate acerca da violência contra a mulher no país. Pode-se inferir que o pensamento de Castells (2013) relaciona-se à forma independente como a Revista atua. Partindo desse ponto de vista, este meio de comunicação online foi escolhido pelo seu trabalho de conscientização e produção de notícias com foco na abordagem da violência, além de ser um espaço aberto de monitoramento e divulgação de dados que não são considerados pelos jornais e revistas tradicionais.

4. AzMina: jornalismo feminista resistindo na pandemia

A Revista AzMina é uma publicação online abertamente feminista que teve início em 2015 e, também, um instituto que produz conteúdo jornalístico, realiza campanhas virtuais, monitoramentos e consultorias. De acordo com o site oficial, sua missão é “promover a equidade de gênero por meio da informação e da educação, considerando especificidades de raças, classe e orientação sexual” e sua visão pretende “criar um mundo onde gênero não influencie o acesso das pessoas a direitos e oportunidades”¹¹.

Tendo isso em mente, destacamos os dois projetos jornalísticos realizados durante a pandemia em parceria com outros meios de comunicação: o monitoramento *Um vírus e duas guerras* e a *Cobertura do coronavírus*, ambos voltados à situação das mulheres brasileiras, em sua pluralidade, nesse período. A seleção das reportagens a serem analisadas neste estudo de caso se deu a partir dessas propostas.

No período entre os meses de março de 2020 e 2021, foram encontradas 92 publicações — entre notícias, relatórios, colunas de opinião, depoimentos de leitoras e listas com dicas — em que os termos “pandemia”, “quarentena”, “coronavírus”, “Covid-19”, “isolamento” aparecem. A partir disso, foram escolhidas as reportagens “Mulheres enfrentam em casa a violência doméstica e a pandemia da Covid-19” de 19 de junho de 2020 e “Na pandemia, três mulheres foram vítimas de feminicídio por dia”, publicada em oito de março de 2021.

Considerando a intenção inicial do estudo de compreender a atuação dos cibercibercismos em relação à pandemia, foram utilizados os seguintes procedimentos metodológicos para alcançar tal objetivo: pesquisa bibliográfica, pesquisa qualitativa e estudo de caso. Enquanto pesquisa bibliográfica entende-se por aquela que “abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações

¹¹ Sobre o Instituto AzMina. Revista AzMina, sem data específica. Disponível em: <https://azmina.com.br/instituto-azmina/>. Acesso em: 15 de abril de 2021.

avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc.” (LAKATOS, 2003, p. 183). Dessa forma, foram realizadas leituras de textos essenciais para a compreensão do ciberespaço e dos ciberfeminismos, entre os quais destacam-se o ensaio *Manifesto Ciborgue* de Haraway e o livro *Cibercultura* de Lévy, assim como *Redes de Indignação* de Castells e *Interseccionalidade* de Akotirene. Além destes, também foram analisados relatórios, notícias, monitoramentos e artigos produzidos durante o período de realização desta pesquisa.

Em relação ao caráter qualitativo do estudo, acredita-se que assim pode ser avaliado, pois as análises provêm de descrições detalhadas acerca da parte estrutural dos novos tipos de interação propostos pela cibercultura, sendo observados os assuntos mais abordados e o tratamento de cada temática para a apuração das duas reportagens como representativas do momento estudado.

Enfim, sobre a concepção deste trabalho como um estudo de caso, parte-se do princípio que este método corresponde ao “estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento” (GIL, 2002, p. 54). Isto posto, seguiremos com análise das reportagens citadas.

5. Estudo de caso: o retrato da violência de gênero nas reportagens d’AzMina

A análise das reportagens publicadas em 19 de junho de 2020 e 8 de março de 2021 será realizada em ordem cronológica porque a segunda atualiza os dados da primeira, tendo em consideração que ambas são produzidas a partir dos resultados do monitoramento quadrimestral *Um vírus e duas guerras*; o qual tem como fontes as Secretarias Estaduais da Segurança Pública e objetiva “visibilizar esse fenômeno silencioso, fortalecer a rede de apoio e fomentar o debate sobre a criação ou manutenção de políticas públicas de prevenção à violência de gênero no Brasil”¹². Este relatório foi produzido a partir de uma parceria colaborativa entre a Revista AzMina com os portais Amazônia Real no estado do Amazonas, Agência Eco Nordeste no Ceará, #Colabora no Rio de Janeiro, Marco Zero Conteúdo em Pernambuco, Portal Catarinas em Santa Catarina e Ponte Jornalismo, sediada em São Paulo.

¹² Mulheres enfrentam em casa a violência doméstica e a pandemia. Revista AzMina, 2020. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/mulheres-enfrentam-em-casa-a-violencia-domestica-e-a-pandemia-da-covid-19/>. Acesso em: 15 de abril de 2021.

Devido à união desses portais, foi possível obter informações de diferentes regiões de forma descentralizada, abrangendo quase todas as regiões, com exceção do centro-oeste brasileiro. No entanto, no momento de postagem da primeira reportagem, tais agências conseguiram ter acesso a registros de apenas 20 das 27 unidades federativas, considerando que as outras sete não disponibilizaram o que foi pedido pelas equipes de jornalismo.

A publicação de junho de 2020 foi produzida com base na pesquisa feita entre abril e março deste mesmo ano. Partindo dessas datas, foram encontrados números que comprovam o aumento de 5% na taxa de feminicídios comparado ao mesmo período no ano de 2019, contabilizando um total de 195 mulheres assassinadas no ambiente doméstico ou apenas pelo fato serem do gênero feminino. Além disso, foram comentados outros relatórios e conteúdos de organizações como o Ministério da Saúde, a OMS e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Contudo, é importante ressaltar que, de acordo com o próprio texto, a desinformação, a falta de transparência e notificações, e o desmonte dos programas de proteção à mulher afetam a obtenção de dados. De acordo com a reportagem analisada:

Especialistas advertem para a frequência da subnotificação neste período em que há dificuldades para se comunicar, acessar os canais de denúncia e até mesmo para chegar fisicamente até eles. Como afirmam as fontes entrevistadas, esses registros são fundamentais para romper o ciclo da violência e, conseqüentemente, a contenção da violência final, o feminicídio. (*REVISTA AZMINA*, 19 DE JUNHO DE 2020)

Como provável forma de sensibilizar a audiência e tornar mais relevante o que estava sendo discutido, foram adicionadas entrevistas com especialistas, assim como relatos de leitoras que lidaram com experiências de violência. Os depoimentos das vítimas foram recolhidos via formulário online através dos portais de notícias citados; neles, garantia-se o anonimato para todas as participantes. Ademais, como maneira de comprovar a veracidade e transparência das informações coletadas, é exposta a metodologia utilizada pelos portais envolvidos na investigação.

Sobre os recursos utilizados para a construção do texto jornalístico no ciberespaço, foram usados hiperlinks a fim de direcionar as leitoras a outras matérias em que o tema da violência era abordado, fosse apontando soluções para lidar com as agressões em pandemia ou para encaminhá-las a notícias sobre os direitos reprodutivos

das mulheres no Brasil e em outros países. Também foram agregados dois infográficos feitos sobre o mapa do Brasil para pontuar a evolução dos números obtidos de acordo com cada estado — um do projeto #Colabora e o outro desenvolvido pela agência Amazônia Real —, e fotografias ilustrativas de um ensaio fotográfico produzido pelo Portal Catarinas. Após tais apontamentos, será discutida a reportagem referente a 8 de março de 2021¹³.

Com a continuação da pandemia no de 2021 e do isolamento social, os índices de violência seguiram altos. Pode-se dizer que esse fenômeno ocorre em função da falta de perspectivas de reversão da crise sanitária, assim como devido à carência de soluções efetivas para as crises anteriores que já estavam sendo enfrentadas, econômica, social e politicamente. Como aponta a segunda reportagem analisada, entre março e dezembro do ano passado, 14 estados refletiram o aumento nos assassinatos de mulheres classificados como feminicídio:

Juntos eles tiveram um aumento de 20% em comparação com o mesmo período de 2019. Mato Grosso e Pernambuco apresentaram a maior elevação em número absolutos: 22 (73%) e 16 (36%) casos a mais, respectivamente, em comparação com o mesmo período do ano passado. Outro destaque é o estado do Amazonas, que elevou o número de feminicídios em 67% neste período. (*REVISTA AZMINA*, 8 DE MARÇO DE 2021)

Nesta última publicação, houve a inclusão de mais estados nas estatísticas apresentadas, passando de 20 para 25 participantes; exceções apenas de Paraná e Sergipe.

É interessante pontuar que há, nas retrancas, recortes mais específicos do que aqueles mostrados na matéria jornalística anterior, pois são debatidos temas como: as crianças testemunhas da violência, a realidade das mulheres com deficiências e a situação de extermínio por morte a facadas em populações indígenas do norte do país. Essa postura vai de encontro ao que sugere Ribeiro (2017: “Os saberes produzidos pelos indivíduos de grupos historicamente discriminados, para além de serem contra discursos importantes, são lugares de potência e configuração do mundo por outros olhares e geografias” (p. 75). Observa-se, então, um maior cuidado em relação às interseccionalidades.

¹³ Na pandemia, três mulheres foram vítimas de feminicídio por dia. Revista AzMina, 2021. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/na-pandemia-tres-mulheres-foram-vitimas-de-feminicidio-por-dia/>. Acesso em: 15 de abril de 2021.

Além dos recursos aplicados na primeira matéria jornalística — falas de especialistas, depoimentos de vítimas, hiperlinks, dados complementares de outras entidades, utilização de infográficos de forma ilustrativa, denúncia e crítica sobre a carência de políticas públicas com enfoque de gênero e explicitação da metodologia usada —, esta publicação também conta com um relatório de boas práticas e soluções a partir do monitoramento realizado e uma lista composta por 20 publicações feitas tanto no website oficial da Revista como nos sites dos demais parceiros. Outra informação disponibilizada foi a ficha técnica com o nome de todos que compuseram a equipe de produção de conteúdo do monitoramento em questão.

Nota-se, também, uma escrita mais apelativa, na descrição das agressões sofridas pelas mulheres assassinadas, assim como a inserção do nome das vítimas e o local do crime. Com isso, pode-se sugerir que a redação optou por um tom no qual o peso da informação fosse maior, com a intenção de evidenciar a urgência na discussão pública sobre tal realidade. Como corroboram Miguel e Biroli (2014):

Ainda que o modo atual de organização das esferas privada e pública seja arbitrário, a experiência que as mulheres desenvolvem na esfera privada, doméstica e familiar produziria identidades socialmente significativas e estaria na base de visões de mundo distintas das dos homens (...). (p. 36)

Porém, essa ainda não é uma possibilidade real no Brasil e os casos de violência são fruto da cultura machista e patriarcal nacional que, entre outros aspectos, está reduzindo significativamente no orçamento do ministério que deveria atuar no combate à situação.

Considerações finais

A presente pesquisa se propôs a estudar a atuação dos movimentos cyberfeministas nacionais frente ao cenário da pandemia de Covid-19, baseando-se em uma ampla pesquisa que detectou a Revista AzMina como um importante portal para a discussão de como as feministas brasileiras se organizam na web. À vista disso, foram selecionadas e analisadas duas reportagens desta publicação online que tratam a violência como assunto-chave sob uma perspectiva de gênero e com estatísticas que comprovam a realidade das mulheres no país.

A partir do estudo de caso, foram encontradas informações alarmantes que não são comumente de interesse e, portanto, não são divulgadas em outras plataformas de jornalismo tradicionais. Percebe-se a necessidade da produção de conteúdos considerados de nicho por meios independentes como a revista em questão para que haja recortes sobre a situação das pessoas do gênero feminino. Afinal, no que se refere à violência contra a mulher, o “novo normal” não apresenta novidades, mas o agravamento do antigo e conhecido histórico de agressões vivenciadas diariamente pelas brasileiras. Em um país que ocupa o 5º lugar no ranking de nações com as piores taxas de feminicídios¹⁴ e que se apresenta como um dos piores também no números de mortes por Covid-19, compreende-se a urgência de ações que denunciem a realidade vivida, mas que preservem a saúde e a vida daquelas que se propõem a atuar no ativismo político.

Nesse sentido, os ciberfeminismos aparecem como essenciais para o questionamento da realidade apresentada. E, ao publicar de maneira conjunta as resoluções obtidas a partir da investigação sobre a violência de gênero, tanto a AzMina quanto os demais veículos que produziram o monitoramento se propuseram a atuar diretamente no pressionamento dos órgãos públicos responsáveis pela coleta dos dados apresentados, promovendo o debate público acerca de um tema que causa transtornos à vida da maior parte da população brasileira. Sendo assim, o ciberespaço é, não apenas um espaço de autonomia (Castells, 2013), mas um local que rompe as barreiras entre o que é considerado público e privado, ao permitir a exposição de vivências de agressão nas telas.

Ressaltamos que o espaço cibernético, sendo produto da sociedade em foi construído, manifesta características de preconceito sob vieses racistas, machistas, LGBTfóbicos, entre outros discursos de intolerância. No entanto, diante da realidade de isolamento social, não possibilidade de promover aglomerações e restrições de movimento durante a pandemia, ele ainda se revela como uma alternativa mais “acessível” que os meios de comunicação tradicionais.

¹⁴ Brasil é o 5º país que mais mata mulheres. Departamento de Comunicação Institucional da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), 2016. Disponível em: <https://www.unifesp.br/reitoria/dci/publicacoes/entreteses/item/2589-brasil-e-o-5-pais-que-mais-mata-mulheres>. Acesso em: 15 de abril de 2021.

Referências bibliográficas

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. E-book Kindle. São Paulo: Sueli Carneiro ; Pólen, 2019.

BIROLI, F.; MIGUEL, L. F. **Feminismo e Política**. São Paulo: Boitempo, 2014.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo**: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: HOLLANDA, H. (Org.). *Pensamento Feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 313-322.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. p. 161-181.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HARAWAY, Donna. **Manifesto Ciborgue**: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: HOLLANDA, H. (Org.). *Pensamento Feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 157-212.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: 34, 1999.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

OLIVEIRA, L. A.; FERNANDES, A. B. **Espaço público, política e ação comunicativa a partir da concepção habermasiana**. Revista Estudos Filosóficos. São João del-Rei, v.6, p.116-130, 2011. Disponível em: <http://seer.ufsj.edu.br/index.php/estudosfilosoficos/article/view/2282>.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

TIBURI, Marcia. **Feminismo em Comum**: para todas, todes e todos. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

VARELA, Nuria. **Feminismo 4.0**: la cuarta ola. Ciudad de México: Ediciones B, 2019.

WOIDA, L. M. **Coletivos ciberfeministas como fonte de informação**. Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação. Florianópolis, v. 25, p. 01-24, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2020.e70464>.